



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação

Ata nº 025/2014

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, reuniram-se na sede do CME os conselheiros Mara Rúbia Garcia Pedroso, Maria Aparecida Reyer, Rosana Pfarrius, a assessora técnica Jaqueline Micelle, a secretária Lílian Xavier Machado, presididos pelo conselheiro Luís Fernando Minasi. Também participaram da reunião a Superintendente Pedagógica da SMEd, Juliane Alves e a equipe do Núcleo de Diversidade E Inclusão da SMEd, nas professoras Luísa Bonneaus, Elisângela Macedo e Morgana. Ausentes, por motivo justificado, as conselheiras Chirly César Duarte e Claudionara Silveira de Carvalho. A reunião começou com a presidência saudando aos presentes e dizendo que a proposta de parecer para a Educação Especial no Município do Rio Grande é um apanhado filosófico para a estruturação da futura Resolução da Educação Especial e que é intenção deste Conselho ouvir todos os segmentos que tenham interesse e atuação nessa área, sempre em parceria com a Mantenedora, que será o Órgão responsável pelo atendimento da demanda e qualificação dos profissionais para atuarem na Educação Especial. Ainda, acrescentou que o ponto principal a ser observado é o da transversalidade da Educação Especial. A Superintendente Pedagógica da SMEd, Juliane Alves, destacou que a Secretaria de Educação sente a necessidade de algumas normatizações nessa área e que já está elaborando um Plano de Estudos sobre Educação Inclusiva e, por esse motivo, trouxe ao conhecimento dos conselheiros algumas considerações que poderão servir como contribuição para a elaboração da nova Resolução, as quais passaram a ser lidas e debatidas entre todos os presentes. O presidente do CME ressaltou que o paradigma educacional é de toda a comunidade, sendo necessário atentar para o preparo do professor, o número de monitores necessários, a questão do transporte escolar, questões de aprendizagem, tais como a falta de pré-requisitos dos alunos; a elaboração dos PPPs das escolas; a necessidade de trabalhar a formação de professores com retorno prático em sala de aula. Ainda, sugeriu que a SMEd reúna todo o corpo técnico das escolas para esclarecer sobre a elaboração e importância dos PPPs. Também mencionou que o CME normatizará a Educação Especial o que precisar da organização de uma proposta, por parte da SMEd, de qualificação de professores e, para tal, propôs que a Secretaria de Educação banque a titulação de professores em formação continuada em áreas de especialização. A conselheira Rosana destacou que é preciso estudar a proposta para o novo plano de carreira do magistério público municipal, no caso de professores com habilitação para a Educação Especial que atuarem na sala regular de ensino. O conselheiro Minasi destacou que, de acordo com seu entendimento, seria necessário o investimento de trinta e cinco por cento dos recursos do Município na Educação. Também salientou o adicional de cinquenta por cento nos salários que hoje os profissionais que trabalham com Educação Especial tem direito, uma vez que todas as escolas regulares receberão alunos com necessidades especiais e que o ideal seria lutar por melhores salários para todos os professores. Por fim, o presidente do CME agradeceu as contribuições trazidas pela equipe da SMEd e atenta para que as mesmas estejam contempladas nos PPPs das Escolas. A seguir, passou-se à discussão sobre os problemas da regularização de funcionamento da Escola de Educação Especial Maria Lúcia Luzzardi. A conselheira Maria Aparecida informou que, caso a Escola não ofereça o ensino regular, não poderá receber autorização de funcionamento como Escola. O conselheiro Minasi também sugeriu que a SMEd disponibilize o convite para a reunião que tratará sobre a Educação Especial a todas as escolas, pais e professores interessados em participar. A equipe da SMEd agradeceu a oportunidade da reunião e despediu-se de todos. O Pleno decidiu por estender o convite para a citada reunião à direção de todas as escolas de educação infantil autorizadas e à Direção do Centro de Formação Escola Viva. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente em exercício.

Maria Aparecida Reyer
Presidente em Exercício do CME

Lílian Xavier Machado
Secretária do CME